



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 045

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

Atos da Presidência:

ATO DO PRESIDENTE Nº 09/2004

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno.

D E C L A R A :

Constituída a Comissão Especial de Investigação, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 04 de maio de 2004, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, com o objetivo de acompanhar o andamento do Projeto do Eixo Metropolitano de Transporte de Curitiba, composta por 7 (sete) membros e com duração de 120 (cento e vinte) dias.

Palácio “XIX DEDEZEMBRO” em 20.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

ATO DO PRESIDENTE Nº 10/2204

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo título II, seção III, artigo 34, combinado com o inciso XIII, artigo 20, do Regimento Interno.

D E C L A R A :

Constituída a Frente Parlamentar Contra o Abuso Sexual da Criança e do Adolescente, conforme requerimento recebido pela Mesa, no dia 18 de maio de 2004, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, com participação dos Partidos políticos que compõem a Assembléia Legislativa, objetivando a criação e políticas públicas destinadas à prevenção e à erradicação desse grave problema social.

Palácio “XIX DEDEZEMBRO” em 20.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 042ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2004

(segunda-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin e pelo Sr. Deputado Delegado Bradock.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário,

Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silveira Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Jensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 912/2004

Senhor Presidente:

A Deputada que este subscreve, em uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER a utilização do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 25 de maio do corrente para pronunciamento da Diretoria do SINDISAÚDE.

Sala das Sessões, em 24.05.2004.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 919/2004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, em uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto e soberano Plenário, a aprovação de moção de apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à indicação do nome do Desembargador Federal Vladimir Passos de Freitas para a vaga de Ministro do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

A presente moção de apoio deve-se ao notável saber jurídico, ilibada reputação moral e reconhecido

senso de justiça do magistrado. Sua atuação na magistratura orienta-se pela qualidade das decisões, equilíbrio e celeridade processual.

O Desembargador Vladimir Passos de Freitas é o primeiro colocado em lista tríplice, votada pelo Superior Tribunal de Justiça em Sessão do dia 19 de maio de 2004; além de atual Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário desta Casa de Leis, sejam enviados expedientes aos Exmos. Srs. Luís Inácio Lula da Silva, Presidente da República; José Dirceu, Ministro-Chefe da Casa Civil e Marcio Thomas Bastos, Ministro da Justiça.

Sala das Sessões, em 24.05.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 913/2004

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, através desta Casa de Leis, que seja enviada diligência ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, solicitando cópias de todas as ART's referentes aos projetos das obras do Eixo Metropolitano de Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 918/2004

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Delazari, informações a respeito das declarações que prestou no dia de ontem, em entrevista concedida ao programa Educativa Especial, estabelecendo correlação entre os bingos e o encerramento das atividades do Centro de Excelência ao Volei neste Estado.

Sala das Sessões, em 24.05.2004.

(aa) ELIO RUSCH, BARBOSA NETO, DURVAL AMARAL e FERNANDO RIBAS CARLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 199/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Programa de Aproveitamento de Alimentos Não Consumidos, coordenado pelo Governo do Estado do Paraná, com o objetivo de captar doações de alimentos e promover a sua distribuição, diretamente ou por meio de entidades previamente cadastradas,

às pessoas e/ou famílias em estado de vulnerabilidade nutricional.

Parágrafo Único - O programa terá como objetivo, arrecadar junto às indústrias, cozinhas industriais, restaurantes, mercados, feiras, sacolões ou assemelhados, alimentos, industrializados ou não, preparados ou não, que, por qualquer razão, tenham perdido sua condição de comercialização, sem contudo, terem sido alternadas as propriedades que garantam as condições plenas e seguras para o consumo humano, segundo o órgão estadual competente.

Art. 2º - A coleta e a distribuição dos alimentos doados deverão ocorrer em condições adequadas e devidamente autorizadas pela autoridade sanitária estadual ou municipal, mediante solicitação do doador.

Parágrafo Único - Poderão habilitar-se como doadores, pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pelos estabelecimentos referidos no artigo anterior.

Art. 3º - A coleta e a distribuição dos alimentos às pessoas ou famílias poderão ocorrer por meio de entidades assistenciais, sem fins lucrativos, previamente cadastradas, conforme critérios a serem definidos pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - As entidades assistenciais que promoveram a coleta e/ou distribuição de alimentos deverão informar periodicamente o número de pessoas e famílias atendidas com as doações, preservando a identidade das pessoas físicas beneficiadas.

Art. 4º - O Poder Executivo coordenará o programa, buscando racionalizar a coleta e a distribuição, devendo incentivar as ações previstas nesta lei nos Municípios do Estado, que serão responsáveis pela sua execução.

Parágrafo Único - O Poder Executivo poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas, objetivando a operacionalização das ações previstas nesta lei.

Art. 5º - O Poder Executivo deverá promover campanhas de esclarecimentos e estímulo à doação, à redução de desperdício, ao aproveitamento integral de alimentos e às demais atividades de educação para o consumo.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que estamos levando à consideração da Assembléia Legislativa objetiva criar o Programa de Aproveitamento de Alimentos Não Consumidos, tem

obtido enorme sucesso no Estado do Rio Grande do Sul, com a intenção de evitar o desperdício de alimentos não consumidos e a busca de soluções para o problema da fome. A questão merece ser examinada de forma mais acurada por parte desta Administração quanto ao aspecto de sua constitucionalidade e de sua conveniência administrativa.

Ainda, deve-se considerar que a função de promoção da Saúde e Assistência Social é competência comum entre a União, Estado, Distrito Federal e Municípios, conforme prevê o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal. Nesse caso, a competência é administrativa estando nela incluídas, conseqüentemente, a captação de doações de alimentos e a promoção de sua distribuição.

O projeto de lei que estamos apresentando estabelece critérios mínimos para a garantia da qualidade dos alimentos a serem consumidos, observando exigências da vigilância sanitária, bem como a ampliação das doações, a partir da maior segurança para os doadores.

Ao mesmo tempo, para a erradicação desse problema, necessita-se de uma reorientação do projeto de desenvolvimento do Estado, como tem sido propugnado pela atual Administração. Tal reorientação objetiva criar mais empregos, maior distribuição de renda e aplicação de recursos expressivos na área social, por intermédio das diferentes políticas de saúde, de educação, de agricultura, de geração de trabalho e de renda, dentre outras, indispensável à construção da cidadania.

PROJETO DE LEI Nº 200/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica incluída na cesta básica adquirida pelo Governo do Estado do Paraná a água mineral, na quantia de 20 (vinte) litros.

Parágrafo Único - A água mineral adquirida pelo Governo do Estado para a cesta básica deverá obrigatoriamente ser envasada no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Segundo estudos publicados pelo jornal Folha de São Paulo de 02 de julho de 1999, fl. 05 do caderno especial "Ano 2000, água, comida e energia", podemos perceber que nos dias atuais cerca de 1,4 bilhão de pessoas no mundo não possuem acesso à água limpa; que a cada 8 segundos morre uma criança por doença relacionada à água, como disenteria e cólera; que 80% (oitenta por cento) das enfermidades no mundo são contraídas por causa da água poluída.

Assim, a água mineral deixou de ser um privilégio para se tornar um produto de massa. Devemos associar a água mineral à saúde, reconhecer os seus benefícios, uma vez que não contém impurezas, evita doenças e faz um bem incontável ao organismo.

Devemos asseverar que a presente proposição visa regulamentar os produtos da cesta básica a serem comprados pelo Governo do Estado, mostrando-se em conformidade com a legislação em vigor.

PROJETO DE LEI Nº 201/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de interesse turístico estadual, o 28º Travel Mart Latin América, a realizar-se no Município de Foz do Iguaçu, entre 29 de setembro e 04 de outubro de 2004.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.05.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Travel Mart Latin América, segue as características operacionais e especificidade de obtenção de resultados no conceito de "Bolsa de Negócios, Produtos e Serviços Turísticos", que se baseia na comercialização e o fomento de novos produtos. O evento, amplitude, público alvo, forma de viabilização, logística e pela empresa William Coleman Incorporation com sede nos Estados Unidos da América, no final da década de 1970, e como evento itinerante, percorreu vários países da América Latina.

Desde sua primeira edição há 27 anos, o evento consolida-se pelo traço de seriedade, profissionalismo e efetivação em volume de negócios, o que sustenta seu porte como produto anual e número de participantes, ganhando grande reputação devido a soma dos vetores de qualidade e resultados, certificando-se como uma das maiores vitrines de turismo à Região.

A Bolsa de Negócios do TMLA não tem características de feira ou exposição, como a maioria das feiras nacionais e internacionais de turismo onde se apresentam juntos negócios de entretenimento. Diferentemente, na Bolsa os encontros são rigorosamente programados e agendados entre vendedores e compradores. O evento, estruturado em entrevistas de negócios, toma como base o "perfect match", casamento perfeito. Nessa modalidade o Travel Mart Latin América, compradores e vendedores se reúnem na cidade-sede para cumprir um calendário de exposição de novos produtos e certificar-se da qualidade dos serviços oferecidos, concretizando futuras ações na América Latina.

No Brasil o TMLA já foi sediado nas cidades de Fortaleza, Manaus e Salvador. Entre outros países e

idades-sede, o evento reuniu, na última versão em Quito, um total de 850 delegados de 17 países, que geram aproximadamente 7000 preestabelecidas, e mais de US\$ 20 milhões para o país anfitrião, sem considerar as receitas originadas com as inscrições dos participantes que são destinadas à empresa norte-americana, não representando nenhum ingresso ao país ou cidade-sede do evento.

Na edição de 2004, na Região do Iguaçu, espera-se superar em mais de 25% os últimos resultados, com o aumento da participação de compradores, vendedores, jornalistas, autoridades e acompanhantes ao evento. No rol dos países já confirmados estão buyers dos Estados Unidos e Canadá, e provenientes da Europa, da Ásia e dos países da Bacia do Pacífico - como Austrália, Nova Zelândia.

PROJETO DE LEI Nº 202/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Waldemar Allegretti.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.05.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O pioneiro maringaense Waldemar Allegretti nasceu em 30 de outubro de 1932, em Ajuricaba, Rio Grande do Sul.

A família do Sr. Waldemar Allegretti, na época em que o mesmo chegou a Maringá, residia em Erechim, Rio Grande do Sul. Lá moravam os irmãos Ruy Alvino, Idalina Augusta e Nadyr Maria Allegretti. Os pais do Sr. Waldemar, Jacob e Maria Allegretti também vieram para Maringá, onde fixaram residência.

Os seus irmãos foram professores do Ginásio Municipal que, posteriormente, foi estadualizado e recebeu o nome de Colégio Estadual Gastão Vidigal. O seu irmão Ruy era diretor desse Ginásio.

Waldemar Allegretti foi pioneiro também na profissão de contador, em Maringá. Lecionou no Colégio Gastão Vidigal e duas vezes por semana, com a irmã Idalina, lecionava no Ginásio de Mandaguáçu.

Foi aprovado no concurso estadual de professor de História Geral e do Brasil.

Em 1995, Waldemar Allegretti foi admitido como contador na empresa Comercial Catarinense, cuja primeira sede foi Paçandu, transferindo-se depois para Maringá. Em Maringá, a empresa foi aberta com o nome de Supermercado Catarinense, de propriedade dos também pioneiros João Aloysio e Conrado Mommenshon. Na época, o trajeto entre Maringá e Paçandu era feito de bicicleta e não havia pavimentação asfáltica.

A convite do Padre Cleto, Waldemar Allegretti lecionou contabilidade na Escola do Comércio da Mitra Arquidiocesana de Jacarezinho, sendo titular das disciplinas de Contabilidade Comercial, Industrial e Bancária da primeira turma daquela instituição. Ensinava a contabilidade mecanizada, que era o computador do período.

Em 1958 era contador da empresa Sociedade Comercial Maringá Ltda. - SOCOMAR, que comercializava café e cereais. Chegaram a comercializar um milhão de sacas de café em côco por safra. Esse café era exportador para diversos países do mundo.

Com o seu trabalho, trouxe para Maringá os primeiros suínos da raça "Duroc Jersey". Eram animais selecionados, porém o mercado queria o "porco-banha".

Anos mais tarde, trouxe as primeiras sementes de soja, da variedade Santa Rosa, que foi plantada entre os pés de café, cujo corte era feito na frutificação para servir de adubo orgânico. Essas foram as primeiras sementes da região e essa soja era chamada de feijão de porco.

Foi Waldemar Allegretti quem iniciou o plantio de cafezais em Maringá (Distrito de Floriano), Santa Isabel do Ivaí e Santa Fé.

Trabalhou com pecuária de corte, leiteira e seleção nos Municípios e Maringá, Flórida, Santa Fé, Ivatuba e Santa Isabel do Ivaí. Posteriormente com lavouras mecanizadas de soja e trigo, nesses Municípios e também em Campina da Lagoa. Na pecuária, estendeu suas atividades até Mato Grosso do Sul, Jateí, Ivinhema, Naviraí e Amambaí.

Cursou Direito em Curitiba, na Faculdade de Direito de Curitiba, especializando-se em Direito Tributário e Comercial.

Participou das diretorias dos primeiros Clubes Sociais de Maringá: Aeroclube, Maringá Clube, Clube Hípico de Maringá e de Curitiba, Country Clube, Teuto Brasileiro, Clube Olímpico e Clube de Caça e Pesca de Maringá.

Foi membro e integrou a Diretoria do Lions Clube Centro, um dos primeiros do Brasil, sendo atualmente membro do Lions Pioneiro e das Lojas Maçônicas Justiça, Maringá e Virtus e Labor, onde exerceu diversos cargos, sendo honrado com o título de benemérito maringaense e paranaense, possuindo todos os cargos da escala filosófica.

No Lions Centro de Maringá participou da fundação e manutenção da APAE e da Guarda Mirim e da ANPR, entidades pioneiras no interior do Paraná.

A Guarda Mirim recebia do Lions todo o apoio para a sua existência, como uniformes, instrução, emprego. A APAE, uma das primeiras do Paraná, contava com o mesmo apoio, buscando as crianças com necessidades especiais, muitas delas presas e até amarradas em casa, por falta de conhecimentos ou condições dos pais. Na ANPR criou-se a oficina para próteses para os necessitados.

Waldemar Allegretti participou da criação e manutenção do ambulatório médico e odontológico

Oswaldo Cruz, que atendia com amostras grátis de medicamentos conseguidas através de doações.

Waldemar Allegretti sempre foi filiado a partidos políticos, participando ativamente de todas as eleições.

Escreveu sobre economia tributária no Jornal de Maringá, realizando também palestras sobre o assunto para entidades, estudantes e clubes de serviço.

Além das atividades empresariais, advocacias e sociais, Waldemar Allegretti foi professor do ensino médio; professor de Direito da Faculdade de Direito de Maringá, hoje UEM, sendo um dos fundadores dessa Universidade. Está inscrito na OAB há mais de 40 anos.

Foi diretor da Sociedade Rural de Maringá por mais de 10 anos.

Foi também Diretor do Sindicato dos Maquinistas de Café do Paraná; Diretor da Federação Paranaense de Hipismo; Secretário de Finanças de Maringá, na gestão do Prefeito João Paulino Vieira Filho; Diretor da Companhia de Desenvolvimento de Maringá - CODEMAR, empresa municipal que implantou o sistema de água e esgoto de Maringá. A CODEMAR foi a primeira sociedade de economia mista municipal do Brasil, implantando um dos primeiros sistemas em aclave no Brasil, numa extensão de 12.600 metros e mais de 170 metros de altura.

Waldemar Allegretti foi Presidente da primeira comissão de industrialização de Maringá, na gestão do Prefeito Luís de Carvalho, quando buscou a vinda de agro-indústrias para Maringá. Ao mesmo tempo, continuava como diretor da CODEMAR, buscando estender os sistemas de esgoto de Maringá.

Foi Presidente e um dos fundadores do Sindicato de Pecuária de Leite e de Corte do Estado do Paraná. Também foi fundador e membro do SINDIPEC. Representou o Paraná no Conselho Nacional de Pecuária de Corte.

Representou o Paraná na Câmara Setorial de Pecuária da FAEP e do Conselho Nacional de Agricultura - CNA, e foi membro da Câmara Setorial junto ao Ministério da Agricultura.

No Governo de José Richa foi Superintendente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, ajudando a resolver o problema da água em Iguatemi, Paranavaí, Santa Cruz de Monte Castelo e Umuarama. Foi também Presidente da Empresa de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR, implantando a informática no DETRAN; sistema ativado por internos da penitenciária do Ahú e o sistema RENAVAN, do qual o Paraná foi pioneiro. Foram implantados, na época, diversos sistemas em Prefeituras do interior, cadastrando imóveis e a cobrança do IPTU.

No Governo José Richa e João Elísio Ferraz de Campos foi Secretário de Estado da Justiça, implantando o projeto "Cidadania", proporcionando registro de nascimento e de casamento a pessoas carentes de recursos financeiros. Aumentou os convênios junto às Faculdades de Direito e/ou às Prefeituras Municipais para levar a

justiça gratuita a todos os Estados. Incentivou o trabalho dos internos das penitenciárias, onde, ao final da sua gestão na Secretaria da Justiça, 83% dos internos trabalhavam para diminuir as penas e para obter profissionalização.

Na penitenciária feminina as internas produziam enxovais para bebês, que eram distribuídos a preços simbólicos para famílias carentes. Nessa gestão não aconteceram fugas ou rebeliões.

Waldemar Allegretti preparou trabalho de fôlego para que penitenciárias no interior abrigassem presos de baixa periculosidade, permitindo que os mesmos ficassem perto das famílias e longe dos presos de difícil recuperação.

Incentivou entidades religiosas a visitarem e oferecer cursos aos internos, visando melhoria do comportamento. Nessa época, montaram uma gráfica onde se confeccionava impressos para uso da Secretaria, como cartões de visita. Manteve escola regular para os presos e também incentivou a formação de Conselhos Municipais de Combate às Drogas. Foi realizado Congresso Nacional sobre o assunto, contando com a presença do Cônsul Americano no Brasil.

No Governo de Álvaro Dias foi Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, quando buscou a correção dos valores das pensões, para que estas nunca fossem em valores inferiores a um salário-mínimo. Aumentou o número de farmácias do IPE. Melhorou as condições do Hospital da Polícia Militar.

Waldemar Allegretti foi Vice-Presidente e Presidente do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, onde realizou um congresso reunindo os três Estados do Sul e inúmeras províncias argentinas, com troca de informações de interesse e que resultaram em inúmeros negócios. Foram estendidos os financiamentos para agro-indústrias e as cooperativas. Foi o maior agente no Brasil do FINAME, permitindo que indústrias e empresas de transporte coletivo renovassem suas frotas de caminhões, tratores e ônibus.

Casou-se em Maringá em 1969, com Marília Cazue Fujiwara, filha do pioneiro e empresário Jitsuji-Toshiko Fujiwara.

Tem três filhos maringenses: Cassiano Paulo, administrador de empresa, casado com Ana Cristina Michaelson Conte; Anamaria, advogada, casada com José Abouaf, pais de Eduarda Allegretti Abouaf, e Beatriz, médica veterinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Padre Paulo.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores, funcionários e todos aqueles que aqui se encontram nesta tarde.

O que me traz a esta tribuna hoje, é comentar a respeito do anteprojeto, chamado de “Programa de Políticas Estaduais da Lei do Índio”, anteprojeto que já tramitou na Casa, já foi aprovado na CCJ, com parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e que hoje veio para a Ordem do Dia em 1ª Discussão.

Faço hoje uma fala sobre isso, primeiro porque vamos votar a constitucionalidade, e espero também que amanhã, ao ser votado em 2ª Discussão, também não tenhamos nenhum problema. Assim, justifico a minha fala de hoje, pelo fato que amanhã estarei ausente da Assembleia, mas mesmo assim gostaria que os nobres colegas votassem favoravelmente o projeto, porque amanhã estarei também representando a Comissão de Direitos Humanos, em Brasília, para o lançamento do Programa contra a Discriminação e Violência aos Homossexuais.

Mas, volto a falar da Lei do Índio. O índio no Estado do Paraná, que já foi há séculos e milênios idos a sua grande maioria de habitantes, hoje, prezados Deputados e imprensa, reduziram-se a não mais que quinze mil, entre os aldeados e os sem aldeias. Estive pessoalmente, visitando várias aldeias das 25 do Estado do Paraná que sobraram, e nelas eu fiquei simplesmente extasiado, ao constatar a miséria a que nossos ancestrais foram reduzidos! Miséria plena de fome, miséria plena da falta de moradia! Literalmente favela, é o que vimos nessas aldeias! Miséria plena por falta de vestimentas, mas sobretudo, miséria plena porque nós, os brancos, lhes tiramos o direito de serem cidadãos. Tiramos deles sua língua, tiramos deles sua religião, tiramos deles sua cultura, tiramos deles seu direito básico de se vestir - mesmo que ao seu modo - e de se alimentarem com dignidade. Assim, esse projeto da Lei do Índio quer de novo, pura e simplesmente, resgatar a cidadania daqueles que a perderam. E nós, prezados Deputados, como homens e mulheres legisladores, fazedores de Leis, fiscalizadores, temos, sim, muita responsabilidade, sobre essa situação!

Aprovar esse projeto de lei é estar garantindo no Paraná a autopreservação, a auto-sustentação, é estar garantindo aos nossos índios a possibilidade de voltarem a viver com dignidade. Queria chamar a atenção que aí na Ordem do Dia, no item nº 03, está dito: institui a Polícia Estadual de Apoio. Na verdade, é a Política Estadual. Não queremos polícia para os índios, não, mas sim, política estadual à Lei do Índio.

Mas, quero também, ao falar da Lei do Índio, dizer que estou trazendo aqui alguns dados que procurei agora, exatamente, há dez minutos atrás, junto à Secretaria Estadual de Habitação, a COHAPAR, alguns dados sobre a questão da moradia, da política habitacional do índio no Estado do Paraná. Foram já 258 unidades residenciais praticamente, construídas, em fase de conclusão, e 347 unidades, convênio assinado recentemente do Estado do Paraná com as comunidades indígenas, a semana passada, precisamente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo-lhe mais um minuto para concluir o seu pronunciamento.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS

Muito obrigado!

Cada residência saindo no valor de dez mil reais, em parceria com os Conselhos estaduais Indígenas, Guarapuava e o Estadual, e com FUNAI, e com a FUNASA. Residências estas de 52 metros quadrados e com projetos diferenciados respeitando cada etnia, e vale lembrar que é com recursos do Estado. Eu já o fiz uma vez quero de novo fazer o agradecimento ao Governo do Estado do Paraná por ter reconhecido o índio, que é o nosso irmão, que é cidadão paranaense e que merece tanto o respeito quanto nós ou - pelo que nós fizemos contra eles, até mais respeito.

Mas, quero ainda concluir, ao falar do programa habitacional, lembrar que na semana passada o convênio assinado para a construção de residências, chamado Casa da Família Rural, do PSH, residências que saem no valor de R\$10.996,00, fontes também há dez minutos passadas pela Secretaria COHAPAR, desse valor, 4.500 vêm do Ministério das Cidades a Fundo Perdido, o que corresponde a 41% desse valor vindo da União. R\$2.896,30, correspondendo a 26% desse valor. Cabe ao usuário, mais a mão-de-obra, R\$3.600,00, o correspondente a 33% que vem do Paraná 12 Meses.

Então, queremos parabenizar o Governo Federal, o Governo Lula, através do Ministério das Cidades; queremos parabenizar o Governo Requião, juntamente com aqueles que receberam as suas residências. E quero, de novo, lembrar que amanhã estarei representando esta Casa de Leis, através da Comissão dos Direitos Humanos, no Congresso, no lançamento do Programa contra a Discriminação e a Escravidão aos Homossexuais promovido pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em Brasília.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Segunda oradora inscrita, Deputada Elza Correia.

Quero esclarecer aos Srs. Parlamentares que o Grande Expediente de hoje está reservado aos representantes da FACINTER e representantes do Centro Acadêmico do Curso de Ciências Políticas, a pedido da Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros:

Eu queria dizer ao Padre Paulo da justeza e da importância do seu projeto, o senhor não estará aqui amanhã, mas já quero manifestar o meu apoio incontestado ao seu projeto, porque realmente nós temos que começar a pagar essa dívida que temos no Brasil, não só com os negros, mas também com a raça indígena, tão prejudicada pela colonização cruel e desenfreada.

Eu queria dizer que ontem, companheiros, aconteceu, sábado e domingo, na verdade, antes de anteontem, a 1ª Conferência Estadual de Política para as Mulheres, que eu havia falado aqui e convidado os companheiros para participar. Lamento que apenas as mulheres da Assembléia tenham participado, Cida Borghetti, Luciana Rafagnin. Certamente os demais companheiros, em função de agenda, não puderam passar por lá, mas nós falamos da sensibilidade e da preocupação desta Casa com as políticas públicas, com o recorte de gênero, naquela ocasião.

Foi uma grande conferência, acho que posso falar aqui pelas Deputadas Luciana Rafagnin, Arlete Caramês e também pela Cida Borghetti, que estiveram o tempo todo prestigiando essa conferência, com a presença da Ministra Nilcéia Freire que preside a Secretaria Especial de Política para Mulheres, em Brasília. Também passaram por lá e se manifestaram o Secretário Delazari, o nosso Vice-Governador Orlando Pessuti, o Padre Roque, que fez uma fala no primeiro dia, representando o Governador, e nós tivemos 600 participantes nessa conferência. 306 propostas foram apresentadas, oriundas da discussão de mais de duas mil mulheres em todo o Paraná, que se reuniram nas Conferências Municipais, tirando proposta para o Plano Nacional de Políticas Públicas. Tiramos, nessa conferência, 80 delegadas, que participarão da Conferência Nacional em Brasília, nos dias 14, 15 e 16 de junho, onde as discussões resultantes da discussão das mulheres brasileiras se transformará em sugestões para o Plano Nacional de Políticas Públicas.

O Brasil é signatário de várias convenções nacionais e internacionais em relação aos direitos das mulheres. Entretanto, a maioria dessas propostas não saíram do papel. Nós temos agora uma grande esperança, com a participação, estando chefiando o Governo, Lula, na Presidência e Roberto Requião aqui no Paraná, que tem dado todo espaço necessário para que nós mulheres possamos discutir as nossas questões, as nossas especificações, os nossos diagnósticos em relação à cidadania e direitos humanos e queremos ver se conseguimos transformar isso em política pública para todos.

Evidentemente que nós temos que - falo sempre aqui, - pensar na cidadania e nos direitos humanos como um todo, para todos os cidadãos brasileiros, mas as mulheres têm as suas especificidades no campo da saúde, no campo da educação, no campo da geração de renda, e, portanto, a conferência trabalhou nesta direção.

É preciso também colocar a preocupação, o recorte de raça e etnia porque nós sabemos que o fato de ser mulher e pobre no Brasil, nós já contamos com a dificuldade enorme do ponto de vista da inserção e da inclusão social e quando isso vai para a questão de raça e etnia fica muito mais difícil, considerando que as mulheres negras ainda ganham salários menores que as brancas, têm um índice de mortalidade materna muito grande, maior que o da mulher branca, e tem um índice de mortalidade infantil, Dr. Luciano Ducci, que a mãe branca, em função também

da falta de informação, de conhecimento que chega com muito mais dificuldade, com muito mais atraso, às famílias negras no Brasil.

Então, esta é uma preocupação também de nós discutirmos em Brasília, oportunizando então a criação deste plano nacional.

Portanto, companheiros, a Bancada do PMDB estava praticamente toda em Foz do Iguaçu, num grande encontro. Talvez o companheiro Dobrandino vá falar sobre esse encontro, importantíssimo para o PMDB, com muita gente também, que certamente em função disso não puderam participar do nosso encontro, aliás, exatamente por isso não aconteceu a conferência aqui em Curitiba.

Então, só para finalizar, dizer que no Brasil todo, mais de cem mil mulheres estão discutindo as questões dessa conferência nacional e em Brasília serão duas mil mulheres, duas mil delegadas que estarão representando todos os Estados brasileiros.

Portanto, um grande acontecimento, muito importante para nós aqui da Assembléia Legislativa, considerando que esta Deputada preside esse importante Conselho.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de alguns segundos a mais.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos no final desta semana na Cidade de Ponta Grossa um encontro de lideranças de vários segmentos, organizado pelo Governo do Estado do Paraná, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

Encontro que diz respeito ao fim da safra, a Festa da Colheita trazendo à tona a grande produção que teve o Estado do Paraná, em especial a produção de soja, onde o Governador lá esteve presente. Naturalmente, nas discussões e nos discursos, o próprio Governador utilizou todo aquele espaço, que estou buscando informações também, que essa festa toda, paga com recursos do Estado do Paraná, inclusive ônibus que trouxeram pessoas de vários municípios do nosso Estado, para fazer com que ela atingisse o sucesso, que por sinal, muito pouca gente havia lá, Sr. Presidente. O Governador, naturalmente, utilizou o palco para falar mal dos transgênicos, mal dos segmentos econômicos agrícolas que defendem aí a abertura, como o Presidente Lula apoiou e abriu, para que se pudesse plantar soja, exportar, transportar a soja também transgênica dentro do País.

Na minha avaliação é o produtor que tem que saber se é bom ou é ruim economicamente plantar a soja transgênica ou a soja tradicional.

Mas, o que me traz à tribuna é que o Governador Roberto Requião, numa das entrevistas que deu numa das rádios de Ponta Grossa, Antena Sul, disse abertamente

que o Governo Federal tem uma política criminoso, em especial o Ministro Palloci, que ele tem uma política econômica criminoso, chamou o Palloci diretamente de criminoso, dizendo que da forma como está o Brasil, teve 20 bilhões de superávit primário sendo 6 bilhões de reais a mais do que era previsto pelo Fundo Monetário Internacional, mas mesmo assim, esses 6 bilhões, ele acabou não utilizando para o desenvolvimento econômico do País, em especial na área social.

Na verdade, o Estado do Paraná, nós vemos um Governador que foi eleito com o apoio do Presidente Lula, que foi o divisor de águas e, realmente, foi quem trouxe a vitória ao Governador Roberto Requião, só que agora que todos assumem os governos, nós estamos vendo o Governador Roberto Requião, nos bons momentos, estar do lado do Presidente Lula, para tirar a foto e, ao mesmo tempo para dizer que é amigo pessoal do Presidente Lula. E, nos maus momentos, vemos o Governador Roberto Requião chamando o próprio Ministro Palloci de criminoso, dizendo que o Presidente Lula tem uma política criminoso.

A verdade é uma, está aí uma política econômica, um arrocho econômico, onde nós estamos vendo todos os segmentos da economia passando por dificuldades, os juros altos, mas companheiro é companheiro, é na hora da vitória, é na hora de governador e, também, na hora da derrota. Eu aprendi a fazer política desta forma.

Numa das emissoras da cidade de Ponta Grossa também, o Governador Requião disse claramente que não reabre o curso de Medicina. Deixou claro que na sua avaliação é uma verdadeira tapeação esse curso, que fizeram um estelionato na Faculdade, para com a população, dizendo que foi um estelionato eleitoral, que foi feita a implantação do curso de Medicina, que já tinha acontecido o seu vestibular, os investimentos feitos, os alunos em sala de aula.

Aqui eu quero deixar a pergunta, nobre Deputado Valdir Rossoni e Srs. Deputados: Se criar o curso de Medicina na Universidade Estadual de Ponta Grossa, que a cidade aguardava por mais de 30 anos, a criação já estava aprovada, faltava só a implantação. Trinta anos, Deputado Elio, aguarda a cidade de Ponta Grossa pela implantação desse curso. O Governo anterior fez a implantação que dá a seqüência, o vestibular, os investimentos necessários para o começo do curso. O novo Governador ganhou a eleição, foi lá e acabou com o curso de Medicina. Ele diz que criar e fazer a implantação de um curso, investir no ensino superior, na educação, é um estelionato eleitoral. Pergunto a todos vocês, o que foi o Ferreirinha, que ele criou na eleição de 1990 e que derrotou o seu adversário, na época, o Martinez, depois Deputado Federal e falecido?

Lembrem todos a criação de um ensino superior, a implantação de um curso de Medicina é um estelionato eleitoral? O que é a criação e a invenção do Ferreirinha em uma campanha eleitoral? Quero deixar esse comparativo, para que todos possam fazer essa avaliação. O Gov-

ernador Roberto Requião é bom de “papo”, é bom de discurso, mas de ação, está deixando a desejar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta tarde, para somar com alguns depoimentos que foram feitos, aqui nesta Assembléia, por outros Parlamentares, no que diz respeito à questão da Segurança Pública do Estado do Paraná. Por diversas vezes Parlamentares ocuparam esta tribuna, solicitando maior segurança à nossa população. Não obstante a todos os trabalhos que estão sendo feitos, pelo Governo do Estado, pelo Secretário da Segurança Pública, tentando atingir a segurança como um todo, parecem que esquecem dos pequenos detalhes.

No último ano, infelizmente a minha família passou por três experiências desagradáveis, no que diz respeito à segurança pública. Por três oportunidades os meus familiares tiveram os seus veículos roubados. Na última sexta-feira, quando meu pai retornava do interior do Estado do Paraná, do trabalho, na sua empresa que temos em Inácio Martins, parou o seu veículo, com o seu motorista, na Rua Padre Anchieta, para comprar pão, e quando voltou o carro havia sido roubado e o motorista sequestrado! Infelizmente, no último ano, essa foi a terceira vez que familiares meus passam por essa experiência. Uma vez, o meu irmão em frente de sua casa. Outra vez, meu outro irmão em um estacionamento. E, agora, o meu pai, tendo o seu carro roubado e o seu motorista sequestrado.

Isso, infelizmente, tem sido uma prática no Estado do Paraná. Infelizmente, a violência tem tomado proporções inesperadas no nosso Estado e no nosso País. Mas, isso é culpa do Secretário da Segurança e não é culpa do Governador do Estado. Evidentemente que as medidas estão sendo tomadas para tentar solucionar esse problema.

Quero falar especificamente do 190 - o telefone - um número que é colocado à disposição dos paranaenses, dos cidadãos, que se diz um número de emergência e que se coloca como um número de assistência àqueles que necessitam de socorro, por parte da Polícia Militar e da Polícia Civil e de todo o sistema de segurança do nosso Estado. Esse número 190 não funciona. Esse instrumento colocado à disposição da população está sendo totalmente ineficaz.

Na última sexta-feira, por mais de quinze minutos, tentou-se contato, através do 190, com os atendentes da Polícia Militar. Não se conseguiu nos primeiros quinze minutos. Quando se conseguiu um contato, esperou-se uma viatura, por mais de trinta minutos. E esta não veio. Mesmo uma identificação sendo feita, mesmo tendo sido

comentado que o roubo havia sido feito a menos de cinco minutos, nenhuma assistência foi prestada.

Ora, vejamos, se um ex-Deputado, um homem esclarecido tendo se identificado - muito embora não deveria haver distinção - não consegue assistência da Segurança Pública, que dirá um cidadão mais carente do nosso Estado!

Estou encaminhando um ofício ao Secretário da Segurança Pública, para que, somando-se a todas as medidas que ela tenha adotado, no sentido de melhorar nossa Segurança, possa também reestruturar o Disque Socorro, Disque Emergência, o 190, para que situação como esta não venha novamente a ocorrer.

Como representante do povo do Paraná, como homem público que sou, e seguindo orientação do próprio Governador do Estado, que primeiro temos que estar de bem com nossa consciência, venho aqui colocar minha posição de intranquilidade com relação a esse instrumento que hoje coloca-se à disposição da população.

Diversos Parlamentares vêm travando uma luta no sentido de melhorar nossa Segurança Pública. E eu quero oficialmente, além do trabalho que já fiz neste um ano e meio, somar-me a esses Parlamentares e a todos os 54, no sentido de tentar melhorar, efetivamente, a Segurança do nosso Estado e que este instrumento, o 190 possa trazer resultados eficazes. E que não fique somente para se divulgar e nada se realizar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, o Grande Expediente está reservado ao Centro Acadêmico de Ciência Política, a FACINTER, e como foi nossa Deputada Luciana Rafagnin que requereu, e aprovado por este Plenário, eu daria a palavra à Deputada Luciana para fazer a saudação aos representantes da FACINTER.

Antes, porém, eu faria um apelo aos Líderes Partidários para fazerem a indicação dos membros que irão compor a Comissão Especial de Investigação para acompanhar o andamento do projeto Eixo Metropolitano de Transporte de Curitiba, que será composta por sete membros e que terá duração de 120 dias.

Quero informar ao Plenário que colocou em consulta ao Departamento Jurídico da Casa, o parecer foi favorável para a constituição da referida comissão, que será composta por dois Deputados do PMDB, um do PSDB, um do PT, um do PDT, um dos PPS e um do PFL. Faço a solicitação aos Líderes, para que indiquem até quarta-feira o nome do Deputados que comporão referida Comissão.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI

O PMDB indica o Deputado Rafael Greca de Macedo, ex-Prefeito, e o Deputado Delegado Bradock.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já fica anotado, mas que se fizesse a indicação por escrito.

Com a palavra, a Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço uso deste espaço para agradecer aos nobres Parlamentares, agradecer à Mesa, especialmente ao Deputado Hermas Brandão, por terem aprovado o requerimento na semana passada, no qual solicitamos este espaço para que a FACINTER - Faculdade Internacional de Curitiba, pudesse ocupar este espaço e aqui falar um pouco de seu trabalho, dos cursos que oferece, entre os quais um que considero muito importante, que é o curso de Ciência Política, e, ao mesmo tempo, divulgar o vestibular que estará acontecendo.

Gostaria de dizer que o curso de Ciência Política é um curso que interessa a nós, Parlamentares, porque fala diretamente da política e interessa aos nossos assessores. Por isso é importante que, quem tiver interessado, preste bastante atenção no sentido da proposta que a FACINTER oferece, para que possamos divulgá-la para que as pessoas que estejam interessadas possam agora, na metade do ano, aproveitar o vestibular e poder cursar, não só este mas os outros cursos.

Convido para fazer uso da palavra, neste momento, a professora Vilma Aguiar que é coordenadora do curso de Ciência Política. E também vai fazer uso da palavra o Diretor Geral, Nilson, e também o aluno Fábio Hernández, que é presidente do Centro Acadêmico do curso de Ciência Política. Saúdo os professores e alunos da FACINTER que aqui estão.

Professora Vilma, pode fazer uso da palavra.

A SRA. VILMA AGUIAR

Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui fazendo uso da palavra, e dizer o seguinte: Nós todos da sociedade temos acompanhado a importância cada vez maior que o ensino superior tem adquirido neste País. O Governo Federal tem feito inúmeros esforços no sentido de ampliar o acesso à educação superior. Temos agora o Projeto Universidade para todos. Por que isso acontece? Porque uma população educada, formada, profissionalizada é uma população com muito mais possibilidades de oferecer crescimento econômico e desenvolvimento social no País.

Neste sentido, para vocês que são políticos, o curso de Ciência Política é de graduação, é o único existente no Estado do Paraná, um dos três existentes no Sul do País. É uma área profissional que interessa positivamente a todos nós como cidadãos, e mais especificamente aos senhores, como políticos.

Todos sabemos que uma assessoria bem qualificada, que tem uma formação que é capaz de fazer diagnóstico, de fazer análise, dá resultados muito maiores do que uma assessoria composta simplesmente por pessoas da sua con-

fiança. É claro que eles precisam ser pessoas da sua confiança, mas nada impede que essa assessoria seja composta por pessoas formadas, habilitadas, que vai certamente melhorar o desempenho dos senhores como Parlamentares.

O nosso curso oferece uma formação bastante ampla, mas é preciso notar, sempre vemos essa dúvida nas pessoas; não formamos políticos.

Quem forma o político é a prática política, vocês sabem disso melhor do que eu. Formamos pessoas capazes de fazer análises políticas, de fazer assessoria política, de ingressar na carreira pública, do funcionalismo público. Com uma formação mais específica, com a possibilidade de atuar na carreira pública, no funcionalismo público ou na assessoria política de maneira mais adequada e com resultados melhores, maximizando o desempenho dessas pessoas.

O nosso curso oferece qualificação sobretudo nas áreas de assessoria política o que justamente interessa diretamente aos senhores, na área das carreiras profissionalizantes do funcionalismo público e também na área de marketing político, na área de planejamento de campanhas eleitorais. Todos nós sabemos por exemplo, que esse ano haverá eleições gerais para os diversos níveis do Parlamento. E neste ano essas campanhas já podem, aqui no Paraná, contar com o auxílio de alguns profissionais da área. A primeira turma se forma neste ano; já temos alguns cientistas políticos formados em nosso curso e certamente eles poderão contribuir com as campanhas de V. Exas. e posteriormente, a partir do ano que vem, na atuação de vocês como parlamentares.

É preciso notar ainda que uma das especificidades do nosso curso, é o fato de que ele foi reformulado recentemente, dando uma ênfase muito maior nessas áreas.

Nós vimos que a maior parte das pessoas que nos têm procurado são pessoas que têm interesse especificamente nessas áreas de assessoria política e por conta disso, nós demos uma ênfase muito maior nessa área.

Nós distribuimos aí para vocês alguns folhetos em que consta a grade curricular do curso. Então, gostaria de pedir-lhes especial atenção no sentido de levar essas informações junto à sua base política, junto à sua assessoria política, para mostrar-lhe, se elas não têm ainda o curso superior. Nós sabemos que hoje isso é muito importante, essa é uma oportunidade muito boa para essas pessoas, que vai melhorar a sua vida e vai melhorar também o desempenho de vocês, porque, mais uma vez, como disse, uma boa assessoria melhora o desempenho de todos nós.

Por fim, gostaria de convidá-los para conhecer o nosso curso, a nossa Instituição convidando-os para que conheçam diretamente, para assistir algumas das aulas inaugurais, aulas de demonstração e visitar, conversar com nossos alunos que trabalham aqui na Casa. Nós, além da Deputada Luciana que é nossa aluna, que nos dá essa oportunidade de honrar o nosso curso com a sua presença, temos ainda alguns assessores aqui da Casa, que

estudam conosco. Que essas pessoas possam ser multiplicadores desse nosso curso que certamente vai interessar a todo mundo.

Também solicitar a possibilidade de que vocês ofereçam estágio para nossos alunos, que são muito importantes para possibilitar aos alunos uma prática política, uma prática de assessores e importantes para vocês, para conhecer o que é que esses alunos podem fazer, qual é o seu potencial e qual é a sua capacidade.

Agradeço mais uma vez à Deputada Luciana, agradeço mais uma vez a vocês pela oportunidade, e chamo o Sr. Fábio Hernández que é o nosso aluno e que também trabalha aqui na assessoria do PT, para dar o seu depoimento enquanto aluno da Instituição, enquanto graduando do curso de Ciência Política da FACINTER.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Com a palavra o Sr. Fábio Hernández.

O SR. FÁBIO HERNÁNDEZ

Sr. Presidente, Deputado Marcos Isfer, Srs. e Srs. Deputados, alunos, alunas, amigos, professores e professoras da Faculdade Internacional de Curitiba.

É com muita honra que subo a esta tribuna no dia de hoje como aluno do 5º período e como Presidente do Centro Acadêmico do curso de Ciência Política.

Ser aluno do curso de Ciência Política, é estar pronto para exercer na íntegra tudo o que aqui foi falado pela professora Wilma Aguiar, quando me antecedeu.

Ser Presidente de um Centro Acadêmico não é só apenas representar a instituição amparado por poderes legais.

Ser Presidente de um Centro Acadêmico é buscar e concretizar, junto com os demais alunos a prática do mesmo ideal. Sou fruto de um sonho, sou fruto de um ideal trabalhador e construído em toda minha trajetória escolar. É acreditando e persistindo neste sonho que deixei meu querido Estado de Goiás, meus familiares, amigos e colegas para me tornar um cientista político por vocação e um paranaense por adoção. Adoção esta que muito tem contribuído para a ampliação dos meus horizontes e do meu intelecto. Adoção esta que é privilégio de poucas pessoas em nosso País.

Poder estar sentado em uma cadeira universitária que desde a infância era idealizada e Almejada, hoje se torna uma grande realidade. Poder conhecer este rico e interessante Estado, é o que diminui a ansiedade e a saudade de amigos, familiares e colegas que ficaram para trás, torcendo para a realização deste sonho. Para isso, é necessário, muitas das vezes renunciar e abrir mão de coisas e pessoas agradáveis que nos cercam.

Um famoso autor árabe, Gibram Kalil Gibram disse no auge de sua vida estudantil, a seguinte frase:

“Se dermos o que nós temos, nós afirmamos nossas posses.

Se dermos o que nós somos, nós afirmamos nosso ser.

Não se dá o que se tem; dá-se o que se é”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é para dar o que somos e sonhamos, que estamos aqui neste dia.

E para dar o nosso ser, o ser cientista político, é que subo a esta tribuna como aluno e como representante dos alunos do curso de Ciência Política de nossa faculdade.

Para dizer que nossos alunos são altamente profissionais e que estão todos aptos para o mercado de trabalho.

Para concluir: para dar o que nós somos é que peço, em nome de todos os alunos, a vontade de todos os alunos é que esta nobre Casa de Leis, representação máxima do povo paranaense, nos dê um espaço para que possamos juntos, aqui nesta Casa de Leis, fazer nosso trabalho e prestar nossa valorosa contribuição para com a sociedade e para com a democracia de nosso povo.

Quero então, na oportunidade, agradecer a presidência desta Casa que prontamente nos atendeu.

Agradecer também a todos os nossos alunos, amigos professores e professoras que aqui vieram. Agradecer também a Deputada Luciana Rafagnin, autora do requerimento que nos traz a esta Casa no dia de hoje. Luciana, que além de ser mulher, mãe, esposa e Deputada deste Parlamento, é uma aluna do curso de Ciência Política e por sinal muito aplicada.

E acredito que muito tem contribuído como cientista política para esta Casa, para o nosso Estado e para o curso de Ciência Política da Faculdade Internacional de Curitiba.

Aos demais Srs. Deputados, Sras. Deputadas e Assessores, a Faculdade Internacional de Curitiba está de braços abertos.

Falo agora em meu nome. O curso de Ciência Política está de braços abertos aos senhores e a todos os demais interessados.

Muito obrigado.

Passo a palavra ao Diretor da FACINTER, Wilson Picler.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Com a palavra, o Sr. Wilson Picler.

O SR. WILSON PICLER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado pela oportunidade que nossa instituição tem nesta Casa em apresentar um pouco o curso de Ciência Política.

Gostaria de esclarecer uma pergunta que novamente surge. Por que essa faculdade é internacional?

No seu corpo de mantenedores, temos apenas dois professores que são brasileiros. Não há investimentos de capital internacional. Ela é internacional, porque sua primeira atividade foi o lançamento de um mestrado em

Integração Latino-americana com ênfase no MERCOSUL.

A faculdade surgiu vocacionada para os estudos da integração latino-americana e dos blocos econômicos de todo o mundo. É importante observarmos a necessidade de fortalecimento do MERCOSUL, como instrumento viável para negociação de todos os interesses da América Latina, face aos grandes blocos econômicos que hoje estão se formando, em especial a União Européia, ALCA, NAFTA e muitos outros.

A FACINTER, através do mestrado, já formou 22 mestres que estão hoje contribuindo em diferentes faculdades com seu saber. A meta da instituição é continuar esses estudos, estabelecendo convênios com outros países, a exemplo do que já temos com a Argentina, Chile, Uruguai e países de outros continentes.

O curso de Ciência Política conta também com a presença da Deputada Luciana. E, gostaríamos de fazer um convite a todos os Deputados. Sabe-se que uma faculdade nunca terá a sua proposta pedagógica pronta. Ela é viva e sempre estará em modificação.

Tivemos aqui a preleção do nosso aluno Fábio Hernández e antes, a nossa professora Vilma, que muito nos honrou.

Por fim, gostaria de apresentar uma oportunidade que a Faculdade FACINTER tem de partilhar uma proposta de levar o ensino superior aos seus municípios. A faculdade aprovou recentemente, perante o Ministério da Educação, uma série de programas de educação à distância e nível de graduação e pós-graduação. Estamos atendendo hoje mais de 96 Municípios dos mais diferentes portes. Independente do porte do Município, temos autorizado pelo Ministério da Educação vários cursos de graduação que poderemos implantar em suas bases, através da articulação política dos Srs. Deputados e atender os anseios da comunidade local.

Estaremos sempre à disposição para atendê-los e para ajudar a equacionar a necessidade de educação superior em seus Municípios.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)

Agradecemos os representantes da FACINTER e queremos parabenizar a Deputada Luciana Rafagnin pela propositura.

Passaremos aos Horários das Lideranças. Consulto as Lideranças do PL, PSL, PSB.

(Declinam)

No Horário do PPS, com a palavra o Deputado Waldir Leite.

O SR. WALDIR LEITE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Mais uma vez usamos desta tribuna, mas hoje vamos deixar um pouco de lado as polêmicas das denúncias do Governador Requião e vamos falar em coisas mais produtivas para o Brasil e para o Paraná.

Queremos, aqui, enaltecer a missão brasileira que foi até a China, com uma comitiva de quatrocentos empresários, procurando cada vez mais abrir o comércio exterior do Brasil para com a China que é o mercado consumidor do mundo nos tempos de hoje e tem uma projeção de continuar nessa posição nas próximas décadas. Então, nos deixa muito alegre a vontade do Presidente Lula em procurar abrir esses mercados de forma que essas vendas, esses negócios, venham gerar mais receitas, mais empregos em nosso País.

Ao elogiar a iniciativa do Presidente, não podemos lamentar a ausência do nosso Governador nessa missão, haja vista que, como o próprio Presidente ressaltou, nesta comitiva está levando os principais governantes do País e é uma pena termos que lamentar que numa missão dessas, de tamanha importância, o Paraná seja deixado de lado, uma vez que o Governador do Rio Grande do Sul é convidado, de São Paulo é convidado, de Minas Gerais é convidado e o que é curioso é que o segundo Estado que tem mais negócios com a China é o Paraná, Sr. Presidente!

É de lamentar essa postura do Governo Federal de não convidar o nosso Governo, as nossas autoridades para participar dessa missão, mas, por outro lado, apesar das lamentações, somos paranaenses e gostamos do Paraná, mas também somos brasileiros e não podemos deixar de ressaltar a responsabilidade do Presidente, até mesmo porque de forma alguma pode se comprometer uma missão dessas, levando talvez o nosso Governador, haja vista os tantos problemas, os tantos embargos que o nosso Governo causa quando não cumpre contratos e tanto prejuízo traz à nossa economia, na forma de falta de credibilidade do cumprimento de contratos.

Quero deixar bem claro que hoje mesmo a Folha de São Paulo informa que os projetos brasileiros com mais chances de receber investimentos chineses em curto prazo são a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e a modernização dos Portos de Itaquí e de Santos, em São Paulo. Isso deixa claro que mais uma vez o Paraná fica fora dos investimentos, fica fora do mercado de investimentos internacionais, fica fora do todo no contexto geral dessa missão do Brasil para com a China.

Então, é de lamentar a ausência do Paraná nessa missão, mas é de ressaltar a responsabilidade do Presidente que não pode, de forma alguma, comprometer uma missão como essa com os descontroles, os desequilíbrios de um Governo atrapalhado, que falta com a verdade.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização na Assembléia Legislativa, quero convidar os Srs. Membros para comparecerem,

logo mais às 17h00min, na Sala das Comissões, onde a Comissão vai se reunir para aprovar o relatório final do trabalho da Comissão de Fiscalização em relação ao Porto de Paranaguá.

Portanto, quero lembrar aos Srs. Deputados que é de fundamental importância a presença, tendo em vista que recebemos solicitação da CPI do mesmo Porto e pretendemos então entregar esse relatório final da Comissão de Fiscalização para a CPI instalada nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Fica registrado!

Consulta a Liderança do PSB, PTB, PP, PFL, PSDB, PDT, PT, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(Declinam)

Encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERARDIN

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Solicito a V. Exa. me inscrever no Grande Expediente de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Fica registrado pela assessoria da Mesa, a sua inscrição no Grande Expediente do dia 25 de maio.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 017/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a estadualização da estrada municipal que liga a Cidade de Coronel Domingos Soares ao km 1,5 da PR-449 no

Município de Palmas, conforme especifica. **Aprovado.**
(Publ. no DA nº 002/2004, de 17/02/2004).

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 701/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre a proibição da realização da cirurgia de cordotomia em animais e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que institui a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 102/2003, de 26/11/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 706/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 706/2003, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Padre Paulo Campos, tem por desígnio instituir a política estadual de apoio às comunidades indígenas, e dá outras providências.

O referido projeto de lei, em sua justificativa, alega que a sua transformação em lei estará beneficiando cerca de quinze mil índios que atualmente vivem no Estado do Paraná, constituídos pelas tribos Caingangue e Guarani. Diante da situação em tela, esta política de proteção aos povos indígenas possui o condão de preservar a cultura tradicional daqueles que habitavam nosso País antes da colonização, e que possuem um conjunto de valores e ideais que os diferenciam dos povos brancos.

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida mensagem, ficando defesa a análise do mérito.

Diante da situação ora gizada, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 706/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Padre Paulo Campos, tem por objetivo instituir a política estadual de apoio às comunidades indígenas.

Fundamentação

A presente medida legislativa visa assegurar ao silvícola o direito à assistência especial nas ações de saúde, educação e de apoio às atividades produtivas, direitos estes constitucionalmente expostos na Magna Carta.

Outrossim, o projeto em análise já teve sua constitucionalidade analisada pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo desta parecer favorável.

Conclusão

Assim sendo, esta Comissão, consubstanciada nos preceitos regimentais que apregoam sua competência, manifesta-se favoravelmente à presente proposição, sendo o voto deste relator pela aprovação do projeto em tela.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.04.2004.

(a) DURVAL AMARAL - Presidente e Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 050/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria o Projeto Cultura Para Todos - Sistema de Adoção de Bibliotecas e Equipamentos Culturais por empresas com responsabilidade social. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 010 em 08.03.2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 050/2004

P A R E C E R :

A proposta de lei em apreço, de autoria da nobre Deputada Cida Borghetti, tem por objetivo otimizar e proteger os equipamentos culturais do Estado, mediante a criação de um Projeto denominado "Cultura Para Todos", como incentivo para as empresas com responsabilidade social investirem na manutenção e melhoria dos recursos existentes em equipamentos culturais do Estado, assim entendidos os museus, as bibliotecas, os centros culturais, os teatros, as casas de cultura, etc.

A iniciativa parlamentar é louvável e criativa como instrumento conscientizador e atrativo para a iniciativa privada aliar-se ao Estado em favor da cultura.

Sob o aspecto da constitucionalidade, da legalidade e da adequação regimental, nenhuma restrição foi encontrada que pudesse prejudicar a normal tramitação deste projeto de lei e portanto merece o parecer favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 050/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, cria o Projeto Cultura Para Todos - Sistema de Adoção de Bibliotecas e Equipamentos Culturais por Empresas com Responsabilidade Social.

Quanto ao aspecto sobre o qual este Parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, conforme relatado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, no âmbito que este Parlamentar deve se manifestar, deve-se ressaltar que a autora deste projeto de lei pretende proteger e otimizar os recursos culturais do Estado, tais como bibliotecas, centros culturais, casas de cultura, museus, teatros, através da adoção por empresas com responsabilidade social. Importante salientar que tal iniciativa alia a iniciativa privada com o Estado do Paraná, beneficiando em muito a cultura da população paranaense.

Diante desta situação, este Parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/2004, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino do alfabeto de comunicação de surdos e mudos nas Escolas Públicas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECE. (Publ. no DA nº 015/2004, em 16.03.2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 065/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 065/2004 de autoria do Exmo Sr. Deputado Mauro Moraes, tem por desígnio dispor sobre a obrigatoriedade do ensino do alfabeto de comunicação de surdos e mudos nas Escolas Públicas do Estado do Paraná.

1 - Histórico

Chamada esta comissão a manifestar-se, com sustentáculo no artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade do referido projeto de lei, cujo desígnio é incluir na grade escolar do ensino fundamental das Escolas Públicas do Estado do Paraná, aulas de aprendizagem do alfabeto de comunicação de surdos e mudos.

2 - Fundamentação

Com efeito, cabe-nos nesta seara analisar a constitucionalidade e legalidade da referida proposição, ficando defesa a análise do seu mérito.

Segundo a redação do artigo 179 da Carta Magna Estadual é dever do Poder Público garantir a organização

do sistema estadual de ensino, como podemos asseverar na transcrição abaixo:

“Art. 179 - O dever do Poder Público, dentro das atribuições que forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de:

(...)

VI - organização do sistema estadual de ensino;”

Ademais, devemos para os ditames da Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que, em seu artigo 10, abaixo transcrito, traz as normas definidoras da competência dos Estados e elaborar e executar políticas educacionais, além de possuir a prerrogativa de baixar normas para seu sistema de ensino.

“Art. 10 - Os Estados incumbir-se-ão de:

(...)

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

(...)

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

(...)

3 - Conclusão de Relatório

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este Parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis, fazendo fulgurar a necessidade de sua análise pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 04.05.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTE
PROJETO DE LEI Nº 065/2004

P A R E C E R :

O projeto do nobre Deputado Mauro Moraes, que obriga a inclusão na grade escolar, do Ensino Fundamental das Escolas Públicas do Estado do Paraná, de aulas de alfabeto de comunicação de surdos e mudos, representa um grande passo na política de inclusão social que deve nortear as ações de Governo.

Somos, portanto, amplamente favoráveis à sua regular tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 18.05.2004.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, Sr. Presidente

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, qual o item que está sendo apreciado? Item nº 05, de autoria do Deputado Mauro Moraes?

Solicito chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Vamos solicitar ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelsinho Dal Santos**)

Procede à chamada nominal.

Vinte e sete Deputados presentes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Não há quórum para deliberação.

Há quórum para prosseguimento da Sessão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 912, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 919, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 913, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 918, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Durval Amaral, Barbosa Neto e Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Retirado pelos autores.**

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tendo em vista que não há quórum para deliberação, presume-se que a Sessão possa terminar a qualquer momento.

Então, convido os membros da Comissão de Fiscalização para que, assim que tenhamos a Sessão encerrada, possamos reunir na Sala das Comissões para aprovarmos o Relatório do Porto de Paranaguá.

O SR. LUIZ NISHIMORI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de comunicar às Sras. e Srs. Deputados que às 17h00 estaremos entregando o Título de Menção Honrosa ao Sr. Katsutoshi Nonaka, que já doou mais um milhão de reais para nossa Maringá, para a construção de uma escola.

Portanto, gostaria de convidar todos os Deputados e Deputadas, para prestigiarem a entrega da Menção Honrosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Fica registrado pelo Deputado Luiz Nishimori o convite para a Sessão Solene, às 17h00 de outorga de Menção Honrosa ao Sr. Nonaka.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 065/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 706/2003 e 050/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 135, 136, 144, 146 e 158/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 008/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 006 e 013/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio de dois mil e quatro reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Saúde Pública presidida pelo Sr. Deputado Dr. Luciano Ducci e contando com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Alexandre Curi, Padre Paulo Campos, Vanderlei Iensen e Nelson Justus. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião passando-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 253/2003 de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari. APROVADO. 02) Indicação nº 98/2003 de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Parecer do Deputado Alexandre Curi, FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Indicação nº 99/2003 de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Parecer do Deputado Nelson Tureck, FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Indicação nº 97/2003 de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Parecer do Deputado Duílio Genari, FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 370/2003 de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci. Parecer do Deputado Nelson Tureck, FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 292/2003 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer do Deputado Padre Paulo Campos, FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 642/2003 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer do Deputado Padre Paulo Campos, FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a

presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Osmar Prestes, Secretário desta Comissão.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente
Osmar Prestes - Secretário